

ANO 2019

PROCESSO Nº



Câmara Municipal de Bebedouro

SECRETARIA

ESPÉCIE Projeto de Lei nº 42/2019

OBJETO Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

Apresentado em sessão do dia 26/06/2019

Autoria Poder Executivo

Encaminhamento às Comissões de

Prazo final

Aprovado em / /

Rejeitado em 07.10.19

Autógrafo de Lei nº

Lei nº



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/381/2019 – im

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 10 de julho de 2019.

Senhor Prefeito,

Comunico a Vossa Excelência que o Projeto de Lei n. 42/2019, de autoria do Poder Executivo, foi rejeitado por 6 votos contrários e 4 votos favoráveis em Sessão Extraordinária realizada no dia 04 de julho do corrente ano.

Sendo só para o momento, renovo votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Carlos Renato Serotine (Tota)
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Fernando Galvão Moura
PREFEITO MUNICIPAL
BEBEDOURO – SP

*Recebi
11/07/19
Mauras*

“Deus seja louvado”

Rua Lucas Evangelista, 652 – Fone (17) 3345-9200 – CEP 14.700-425
BEBEDOURO – ESTADO DE SÃO PAULO



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 42/2019. Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S/A e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS

Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS (vide art. 78 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca da propositura em epígrafe.

Após analisada a propositura referida na epígrafe, parece-nos inexistirem motivos que possam obstar sua tramitação legislativa. Portanto, votamos pela REGULARIDADE da propositura.

Esse é nosso parecer s.m.j.

Bebedouro (SP), capital nacional da laranja, 1º de julho de 2019.


Mariangela Ferraz Mussolini
RELATOR


Rogério Alves Mazzone
PRESIDENTE


Jorge Emanuel Cardoso Rocha
MEMBRO

“Deus seja louvado”



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 42/2019. Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S/A e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (vide art. 77 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca da propositura em epígrafe.

Após analisada a propositura referida na epígrafe, parece-nos inexistirem motivos que possam obstar sua tramitação legislativa. Portanto, votamos pela REGULARIDADE da propositura.

Esse é nosso parecer s.m.j.

Bebedouro (SP), capital nacional da laranja, 1º de julho de 2019.

Jorge Emanuel Cardoso Rocha
RELATOR

Nasser José Delgado Abdallah
PRESIDENTE

Silvio Delfino
MEMBRO

“Deus seja louvado”



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 42/2019. Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S/A e dá outras providências.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (vide art. 76 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca da propositura em epígrafe, que busca autorização legislativa para o Poder Executivo a contrair financiamento/empréstimo junto ao Banco do Brasil S/A, via do “Programa Eficiência Municipal”, visando a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos novos, nos termos do art. 5º, da Resolução do Conselho Monetário nacional nº 4.589/2017, conforme detalhado parágrafo único do art 1º do projeto.

Assim, fundamental delimitar que à Câmara Municipal compete apenas **AUTORIZAR** a realização da “*operação de crédito*” com a consideração da forma e meios de pagamento, conforme descrito no art. 2º do projeto.

Isto posto, passamos a dar o nosso parecer.

EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 167, inciso III, a realização de “*operações de crédito*”, nelas compreendidos os compromissos financeiros assumidos em razão de mútuos, contanto que tais operações estejam amoldadas às normas ditadas não só à Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, mas também à Lei Complementar nº 101/2000 (vide arts. 29 a 42).

DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO atualizada até a Emenda nº 14, de 27 de setembro de 2004.

A LOMB, por sua vez, dispõe no seu artigo 17, inciso IV e XIII que compete à Câmara Municipal dispor especialmente sobre “*operações de crédito*” e autorizar a celebração de contratos de que resultem para o município encargos não previstos na lei orçamentária.

Portanto, a realização de “*operação de crédito*”, isto é, a realização de EMPRÉSTIMO pelo Município não é nenhuma novidade diante das previsões e regulamentações legais, especialmente diante da Lei Municipal nº 3.071/01, via da qual o Poder Executivo foi autorizado a contrair financiamento junto ao Banco do Brasil S/A, visando a implantação do Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT, tal como ocorreu também com as Leis Municipais nº 3.996/09 e 4.025/09, via das quais o Poder Executivo foi autorizado a contrair financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, visando a execução do Programa de Intervenções Viárias – PROVIAS e a execução do Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT e também com a Lei Municipal nº 5.213/2017 que autorizou operação de crédito para recapeamento asfáltico, sinalizações vertical e horizontal, que beneficiarão pontos estratégicos do município, tendo como objetivo a melhoria da urbanização, recuperação e revitalização da malha urbana.

“Deus seja louvado”



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

A respeito do assunto, ensina o insigne mestre Hely Lopes Meirelles (vide Direito Municipal Brasileiro, 14ª edição, Malheiros Editores, pág. 685) que:

AUTORIZAÇÃO PARA **EMPRÉSTIMOS**, SUBVENÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES. A relevância das matérias em epígrafe justifica plenamente a exigência de autorização por lei, para que o chefe do Executivo Municipal possa efetivar **empréstimos**, conceder *subvenções* e fazer *concessões* ou *permissões* municipais. Tais atos representam encargos extraordinários e delegações de serviços do Município e, por isso, não podem ser validamente realizados sem a intervenção dos dois órgãos do governo local, isto é, sem que a Câmara **autorize** o prefeito a praticá-los. Convém lembrar que a Câmara nunca pratica esses atos *in concreto*, **limitando-se a autorizar, ou não**, sua prática pelo prefeito. Não é a Câmara que concede autorização a terceiros para a realização de qualquer ato, obra ou serviço no município; ela somente autoriza o prefeito a praticar o ato administrativo que dependa da concordância da Edilidade. Ao chefe do Executivo é que incumbe, sempre e sempre, praticar concretamente o ato autorizado pela Câmara, dando-lhe a forma administrativa conveniente. A Câmara autoriza; o prefeito executa;

Os *empréstimos* internos e externos a serem tomados pelo Município devem vir precedidos de autorização legal da Câmara, por se tratarem de encargos extraordinários da administração financeira. Esses empréstimos ficam também sujeitos ao controle do Senado Federal, pois que os externos dependem de sua aprovação, **e ambos só poderão ser contraídos dentro dos limites globais de endividamento do Município e nas condições gerais estabelecidas e aprovadas pelo Senado Federal** (CF, art. 52, V-VII).

em razão do que não vemos qualquer vício de COMPETÊNCIA ou de LEGALIDADE na iniciativa em apreço, **uma vez observados os limites globais de endividamento do Município e as condições gerais estabelecidas pelo Senado Federal e demais condições previstas nos arts. 29 a 42 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF**, condições que serão, oportunamente, aferidas pela Instituição Financeira, nos termos do artigo 33, da LRF, como segue:

Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, **deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.**

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

§ 2º Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada reserva específica na lei orçamentária para o exercício seguinte.

§ 3º Enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização, ou constituída a reserva, aplicam-se as sanções previstas nos incisos do § 3º do artigo 23.

§ 4º Também se constituirá reserva, no montante equivalente ao excesso, se não atendido o disposto no inciso III
"Deus seja louvado"



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

do artigo 167 da Constituição, consideradas as disposições do § 3º do artigo 32.

Diante do exposto, oportunamente comprovado pelo Poder Executivo o cumprimento das condições legais, não vemos qualquer vício de COMPETÊNCIA ou de LEGALIDADE que possa macular a autorização pretendida via da presente propositura.

É nosso parecer, s.m.j.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 1º de julho de 2019.



Fernando José Piffer
RELATOR

José Baptista de Carvalho Neto
PRESIDENTE



Paulo Henrique I. Pereira
MEMBRO

“Deus seja louvado”



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Bebedouro Capital Nacional da Laranja, 14 de junho de 2019
OEP/190/2019

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara, **em regime de urgência**, o Projeto de Lei que solicita a autorização para a contratar financiamento junto ao **Banco do Brasil** dentro do **Programa de Eficiência Municipal** que constitui uma linha de crédito exclusiva para apoiar a melhoria da eficiência dos municípios, onde através de financiamento de recursos próprios do Banco do Brasil proporciona aos municípios a oportunidade de adquirir bens de capital.

CONSIDERANDO a necessidade de atualização de frota municipal de manutenção viária urbana e rural;

CONSIDERANDO que nosso sistema viário se encontra em estágio de degradação em vários pontos da cidade que demanda intensos serviços e que nossa frota é insuficiente para atender a necessidade de manutenção e recuperação;

CONSIDERANDO que o sistema de armazenamento de dados está obsoleto e sua capacidade é muito aquém das necessidades da gestão municipal, inclusive para incrementar os sistemas de informações e cadastros, agilizando as ações de fiscalização, inclusive com veículos e equipamentos para os fiscais trabalharem on-line;

CONSIDERANDO que foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com Ministério Público e homologado pelo Judiciário, para adequação de área de disposição de resíduos de construção civil e poda localizada no Distrito Industrial V, próximo ao bairro Pedro Paschoal.

CONSIDERANDO que neste TAC é previsto a aquisição de equipamento para processamento de resíduo de construção civil conforme previsto na Lei Federal 12.305/2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, orienta quanto a gestão integrada dos resíduos sólidos.

CONSIDERANDO ainda que este financiamento será pago ao Banco do Brasil em 60 meses, com carência de 6 meses e em parcela de valor aproximado de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) que terá um período de retorno de investimento em torno de 3 anos, devido as economias com custos de serviços de asfalto e materiais para manutenção de estradas e aumento da receita municipal.

Diante do exposto apresentamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto Lei que autoriza o referido financiamento junto ao Banco do Brasil S.A, para a compra de:

18/06/19



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.789.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Equipamentos para uso no Setor de Manutenção Viária

02 caminhões basculantes de 17 toneladas;
01 Rolo pneumático de 27 toneladas;
01 Rolo Vibro em Tandem 8,300 toneladas;
01 Vibro acabadora de asfalto;
01 Caminhão espargidor de emulsão asfáltica.
01 pick up utilitário.

Equipamentos para uso na Destinação Final de Resíduos da construção civil:

03 Caminhões basculantes 24 toneladas;
01 Pick Up utilitário - fiscalização
01 Conjunto de Britagem Móvel (coleta de resíduos sólidos e da construção civil);
01 Peneira Vibratória de 3 decks (separação de resíduos sólidos);
01 Transportadora de escolha.

Equipamentos para uso no Setor da Tecnologia da Informação e Departamento Tributário e de Planejamento Urbano:

02 carros de passeios (uso exclusivo para fiscalização);
02 motocicletas (uso para fiscalização);
05 notebooks ou tablets para acesso ao sistema de fiscalização in loco;
01 servidor, computadores, switch (comutador de redes) e nobreak

Atenciosamente

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor
Carlos Renato Serotine
Presidente da Câmara Municipal de Bebedouro
Bebedouro-SP.



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 42 / 2019

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Bebedouro**, usando das atribuições legais,
Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de **R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)**, observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do **Programa Eficiência Municipal**.

Parágrafo Único - Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na compra de máquinas, equipamentos e veículos novos, nos termos do Art. 5º da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.589/2017, e suas alterações.

Art. 2º – Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º – O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários - Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil.

§ 2º – No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no *caput*.

§ 3º – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º – Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º – O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros, demais encargos e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Art. 5º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 14 de junho de 2019

Fernando Galyão Moura
Prefeito Municipal

REJEITADO EM 04/07/19

04 VOTOS FAVORÁVEIS

06 VOTOS CONTRÁRIOS

— ABSTENÇÕES

— AUSÊNCIAS


Carlos Renato Serotino
Presidente

Contrário o (s) Vereador (es)

FERNANDO JOSÉ PIFFER
VEREADOR

JOSÉ BAPTISTA DE CARVALHO NETO
VEREADOR

MARIANGELA FERRAZ MUSSOLINI
VEREADORA

PAULO HENRIQUE IGNÁCIO PEREIRA
VEREADOR

NASSER JOSÉ DELGADO ABDALLAH
VEREADOR

SILVIO DELFINO
VEREADOR

MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS (ASFALTO + COLETA DE ENTULHOS)					
ITEM	QUANT.	EQUIPAMENTO	ESPECIFICAÇÕES	VL. UNITARIO	VL. TOTAL
1	2	CAMINHÃO BASCULANTE	TRUCK MODELO 17.190 TONELADAS	R\$ 175.000,00	R\$ 350.000,00
2	1	ROLO PNEUMATICO	MODELO CW-34 - 27 TONELADAS	R\$ 330.000,00	R\$ 330.000,00
3	1	ROLO VIBRO EM TANDEM	CB44B - 8.300 TONELADAS	R\$ 280.000,00	R\$ 280.000,00
4	1	VIBRO ACABADORA	MODELO AP300D - 7.400 TONELADAS	R\$ 555.000,00	R\$ 555.000,00
5	1	CAMINHÃO ESPARGIDOR	MODELO 13-190	R\$ 184.500,00	R\$ 184.500,00
6	3	CAMINHÃO BASCULANTE	TRUCK MODELO 24 TONELADAS	R\$ 320.000,00	R\$ 960.000,00
				R\$	2.659.500,00

CARROS LEVES E EQUIPAMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO E ASFALTO					
ITEM	QUANT.	EQUIPAMENTO	ESPECIFICAÇÕES	VL. UNITARIO	VL. TOTAL
1	2	CARRO DE PASSEIO	4 PORTAS - ANO 2019-MODELO 2019	R\$ 48.000,00	R\$ 96.000,00
2	2	PICK UP UTILITARIO	PICK UP UTILITARIO - ANO 2019	R\$ 57.000,00	R\$ 114.000,00
3	2	MOTOCICLETA	ANO 2019	R\$ 11.000,00	R\$ 22.000,00
				R\$	232.000,00

EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA (FISCALIZAÇÃO)					
ITEM	QUANT.	EQUIPAMENTO	ESPECIFICAÇÕES	VL. UNITARIO	VL. TOTAL
1	5	NOTEBOOK	NOTEBOOK	R\$ 2.400,00	R\$ 12.000,00
2	1	HARDWARE	SERVIDOR, NO BREAK, HARDWARE	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00
				R\$	462.000,00

EQUIPAMENTOS PARA PROCESSAMENTO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO					
ITEM	QUANT.	EQUIPAMENTO	ESPECIFICAÇÕES	VL. UNITARIO	VL. TOTAL
1	1	CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL	CONJUNTO COM BRITADOR DE MANDIBULAS PARA ENTRADA DE MATERIAL DE 620X400MM , MONTADO SOBRE CHASSI DE PERFIS u DUPLOS COM 6000X1000 MM, DOIS EIXOS PARA MOVIMENTAÇÃO, TIPO ccm MODELO 6240 E CAPACIDADE PRODUÇÃO DE 72TON/H	R\$ 530.000,00	R\$ 530.000,00
2	1	PENEIRA VIBRATÓRIA COM 3 DECKS	PENEIRA PARA SEPARAÇÃO DE QUATRO MATERIAIS (2500X1200mm)	R\$ 87.000,00	R\$ 87.000,00
3	1	TRANSPORTADOR DE ESCOLHA	TRANSPORTADOR DE ESCOLHA COM (2500X1000mm)	R\$ 29.500,00	R\$ 29.500,00
				R\$	646.500,00
TOTAL DO FINANCIAMENTO				R\$	4.000.000,00